



PRIMEIRA LINHA | NOVO GOVERNO

O que exigem parceiros sociais, empresas e mercados

O Presidente da República já prometeu falar dos “desafios do novo Governo” no discurso de tomada de posse. “Penso que esse é o momento adequado”, afirmou. O Negócios procurou já perceber junto das principais organizações patronais, sindicais e empresariais os desafios e exigências para a nova legislatura. Impostos mais baixos e mais competitivos, melhor acesso à justiça e à habitação, aumentos salariais e o regresso do lay-off simplificado que é pedido pelos patrões – mas também agora pela UGT – são algumas das exigências.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Algumas são já reivindicações antigas, outras surgem pressionadas por circunstâncias atuais como a guerra. Parceiros sociais e empresas apontam os principais desafios que o novo Governo de António Costa tem pela frente.

O XXIII Governo Constitucional toma posse esta quarta-feira. É o terceiro mandato de Costa, mas agora com maioria abso-

luta, o que não desanima as organizações patronais, sindicais e profissionais perante as reformas necessárias e os apoios do Estado em tempos de conflito na Europa – com efeitos ainda incertos na economia.

Há uma exigência que atravessa quase todos os representantes ouvidos pelo Negócios: baixar impostos. Do lado das empresas o IRC, do lado dos sindicatos o IRS. Ou ambos, como é o caso da metalurgia.

Energia e lay-off

Travar os custos da energia será a primeira grande exigência das empresas que pedem medidas imediatas para aliviar a fatura, sobretudo da indústria eletrointensiva,

com algumas empresas que reduziram ou mesmo pararam a atividade perante a escalada do preço, em especial do gás natural.

Em nas últimas semanas, surgiu também um pedido das empresas (e agora da UGT) para o regresso do lay-off simplificado. O mecanismo que permitiu a manutenção de milhares de postos de trabalho foi abandonado depois de retiradas as restrições que impediam a atividade. Os patrões consideram que seria uma medida de apoio imediato, mas os sinais que têm surgido vão no sentido de não retomar a medida, optando por apoios diretos às empresas que continuam a laborar.

As empresas lembram ainda que o PRR é um importante ins-

Há cada vez mais pedidos para que o Governo retome o lay-off simplificado, de forma a salvar postos de trabalho.

Menos impostos e reorganizar o Fisco

Num cenário em que é preciso fazer a economia crescer, o ministro das Finanças tem “grandes desafios pela frente”, seja “ao nível da execução orçamental”, seja no que respeita aos impostos, nomeadamente ao IRS “onde a redução é uma das medidas mais motivadoras para manter os jovens em Portugal”, avisa Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados. Para estes profissionais, que trabalham diretamente com a máquina fiscal, o bom funcionamento da mesma é outro aspeto essencial que o novo Governo deve ter em conta. E aí, avisa o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), “há que travar a degradação em que se encontra e reverter este ciclo”. Faltam recursos humanos, faltam equipamentos e é necessário “reorganizar a AT internamente e dotá-la dos meios necessários, não só para garantir a cobrança voluntária, mas também para combater a fraude e evasão fiscal e aduaneira, diminuindo a economia paralela”, sustenta Ana Gamboa, líder do STI. ■ FL

Justiça mais ágil e para todos

É outra reivindicação de há muito: a justiça tem de ser mais ágil e tem de chegar a todos. Luís Menezes Leitão, bastonário dos advogados, tem defendido que é imperativo reduzir as custas judiciais e lembrado que o orçamento para a justiça é curto e que falta investimento nos tribunais, onde às vezes até falta papel. O grande problema por todos identificados é a demora na resolução e as reformas tecnológicas em curso antecipam algumas melhorias. Mas “é preciso desde já aproveitar a disponibilidade económica que vem com o PRR para conseguir dar o salto qualitativo na justiça, através da sua informatização”, avisa Jorge Batista da Silva, bastonário dos notários. Outro grande desafio passa por “encontrar um ponto de equilíbrio com a gestão de recursos humanos na justiça, com questões como a requalificação nas carreiras, por exemplo”, remata. Do lado do sindicato dos funcionários judiciais, o aviso também se repete: Há uma “necessidade gritante de oficiais de justiça”. ■ FL

Mais casas e rendas mais baixas

Na habitação, a equipa governativa mantém-se e os problemas também. Falta habitação e a que há é cara, seja para aquisição seja para arrendamento. Inquilinos e proprietários reclamam soluções e, sobretudo, diálogo. Querem “sentar-se à mesa” com o Executivo, coisa que, dizem, tem faltado. O “foco das prioridades”, defende a Associação Lisbonense de Proprietários, “tem de passar pelo fim do congelamento de rendas e pela atribuição pelo Estado de subsídios a arrendatários carenciados, pela estabilidade da legislação do arrendamento e, em termos fiscais, pela extinção do AIMI e redução da taxa liberatória” no IRS. “Para os inquilinos é também preciso mexer na parte fiscal: os proprietários individuais pagam todos 28%, muito mais do que as empresas, fundos ou IPSS, e isso é concorrência desleal”, sustenta a Associação de Inquilinos Lisbonenses. E falta “regulação do mercado, registo do arrendamento, segurança de renda, e nos casos de incumprimento, justiça que funcione”. ■ FL

Função Pública quer aumentos

Embalados pelas previsões de inflação média de 4% os sindicatos da Função Pública vão pedir ao Governo que corrija as atualizações de 0,9% aplicadas este ano, um cenário que terá já sido afastado por António Costa, de acordo com o semanário Expresso. “O que vamos exigir ao novo Governo é que cumpra a promessa que fez de ser um governo de diálogo”, diz ao Negócios Sebastião Santana, coordenador da Frente Comum, que insiste em aumentos de 90 euros para todos. “Vamos pedir a revisão da atualização remuneratória para este ano”, diz também Helena Rodrigues (STE), enquanto José Abraão (Fesap) insiste no assunto e lembra que mesmo a inflação no final do ano passado – que serviu de base aos aumentos – ficou acima de 1,2%. A prometida revisão da tabela remuneratória única, que está comprimida, o que desvaloriza de forma relativa os salários dos mais qualificados, é outra das reivindicações prioritárias. ■ CAP